

# Sumário

<b>DIREITO CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>27</b>
<b>1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>27</b>
1.1. PRINCÍPIO DA IGUALDADE E COTAS PARA NEGROS EM CONCURSOS PÚBLICOS ...	27
1.2. INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO E MERA INTUIÇÃO DE QUE ESTÁ HAVENDO CRIME NO SEU INTERIOR.....	33
1.3. DIREITO DE RESPOSTA.....	36
1.4. DIREITO À INFORMAÇÃO E ÁUDIO DAS SESSÕES SECRETAS OCORRIDAS NO STM DURANTE O REGIME MILITAR.....	37
1.5. LIBERDADE PROFISSIONAL E ANÁLISE DA LEI DOS NUTRICIONISTAS.....	39
1.6. SIGILO BANCÁRIO .....	41
1.7. NACIONALIDADE.....	45
1.8. SAÚDE.....	51
1.9. EDUCAÇÃO.....	52
<b>2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>58</b>
2.1. ADI.....	58
2.2. ADPF.....	67
2.3. OUTROS TEMAS .....	69
<b>3. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS .....</b>	<b>77</b>
<b>4. PODER LEGISLATIVO .....</b>	<b>82</b>

4.1. IMPOSIÇÃO AOS PARLAMENTARES DAS MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP (CASO AÉCIO NEVES).....	82
4.2. DEPUTADO QUE AFIRMA QUE DETERMINADA DEPUTADA NÃO MERECE SER ESTUPRADA DEVE PAGAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS .....	86
4.3. IMUNIDADE MATERIAL ALCANÇA O DELITO DO ART. 3º DA LEI 7.492/86 .....	89
4.4. CONDENAÇÃO CRIMINAL E PERDA DO MANDATO .....	90
<b>5. MEDIDAS PROVISÓRIAS.....</b>	<b>93</b>
<b>6. TRIBUNAL DE CONTAS .....</b>	<b>98</b>
<b>7. PODER EXECUTIVO .....</b>	<b>107</b>
<b>8. PODER JUDICIÁRIO .....</b>	<b>113</b>
8.1. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DE RESOLUÇÃO QUE PERMITE REELEIÇÃO PARA CARGOS DE DIREÇÃO NO TJ .....	113
8.2. LIMITAÇÃO DO PAGAMENTO DE DIÁRIAS A JUIZ FEDERAL POR ATO INFRALEGAL.....	114
8.3. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .....	115
<b>9. MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>119</b>
<b>10. DEFENSORIA PÚBLICA.....</b>	<b>124</b>
<b>11. TEMAS DIVERSOS .....</b>	<b>130</b>
11.1. ALTERAÇÃO DOS LIMITES DE UM MUNICÍPIO EXIGE PLEBISCITO.....	130
11.2. O PROGRAMA “MAIS MÉDICOS” É CONSTITUCIONAL .....	132
11.3. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DAS TVS POR ASSINATURA (LEI 12.485/2017) .....	134
11.4. NÃO SE EXIGE QUE EVENTUAIS INTERESSADOS NA REMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS SEJAM NOTIFICADOS DIRETAMENTE .....	142
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>147</b>
<b>1. RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b>	<b>147</b>
<b>2. CONCURSOS PÚBLICOS .....</b>	<b>150</b>

2.1. GRAVE ERRO NO ENUNCIADO CONSTITUI ILEGALIDADE APTA A ENSEJAR A NULIDADE DA QUESTÃO.....	150
2.2. O ESPELHO DE PROVA, COM A AVALIAÇÃO DO CANDIDATO, DEVE SER APRESENTADO ANTES OU DURANTE A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO .....	152
2.3. É VÁLIDA A ALTERAÇÃO NA ORDEM DE APLICAÇÃO DAS PROVAS DO TESTE FÍSICO DESDE QUE ANUNCIADA COM ANTECEDÊNCIA.....	154
2.4. CANDIDATO APROVADO E DIREITO À NOMEAÇÃO .....	155
2.5. POSSE TARDIA EM CARGO PÚBLICO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL .....	157
2.6. FATO CONSUMADO E CANDIDATO QUE SE APOSENTA NO CURSO DO PROCESSO .....	158
2.7. LEGITIMIDADE PASSIVA E AÇÃO QUESTIONANDO OS CRITÉRIOS DO PSICOTÉCNICO.....	160
<b>3. SERVIDORES PÚBLICOS.....</b>	<b>161</b>
3.1. GREVE.....	161
3.2. SERVIDORES TEMPORÁRIOS.....	165
3.3. REMOÇÃO FORA DAS HIPÓTESES LEGAIS E TEORIA DO FATO CONSUMADO.....	169
3.4. TETO REMUNERATÓRIO .....	173
3.5. APOSENTADORIA .....	177
3.6. OUTROS TEMAS.....	193
<b>4. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA .....</b>	<b>208</b>
4.1. ENTE DESAPROPRIANTE NÃO RESPONDE POR TRIBUTOS ANTERIORES À DESAPROPRIAÇÃO.....	208
4.2. DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO.....	209
4.3. CONFISCO DO ART. 243 DA CF/88 .....	210
4.4. COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA POR CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....	213
<b>5. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR .....</b>	<b>214</b>
<b>6. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>221</b>
<b>7. TEMAS DIVERSOS .....</b>	<b>224</b>
7.1. ATOS ADMINISTRATIVOS .....	224
7.2. PODER DE POLÍCIA .....	227

7.3. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	231
7.4. SERVIÇOS PÚBLICOS .....	237
7.5. CONSELHOS PROFISSIONAIS .....	244
7.6. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NÃO PODE AJUIZAR AÇÃO PARA TUTELAR DIREITOS DOS MUNICÍPIOS .....	253
7.7. SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E PRECATÓRIOS .....	254
7.8. BENS PÚBLICOS .....	257
7.9. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO .....	260
7.10. INCLUSÃO DE EMPRESA NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS .....	264
7.11. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE .....	266
7.10. FUNDEF .....	268
7.11. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA .....	270
7.12. PRATICAGEM (DIREITO MARÍTIMO) .....	273
7.13. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E A DESASTRES .....	275

## **DIREITO CIVIL ..... 277**

### **1. DIREITOS DA PERSONALIDADE ..... 277**

1.1. TRANSEXUAL PODE ALTERAR SEU PRENOME E GÊNERO MESMO SEM CIRURGIA.....	277
1.2. A SÚMULA 403 DO STJ NÃO SE APLICA PARA DIVULGAÇÃO DE IMAGEM VINCULADA A FATO HISTÓRICO DE REPERCUSSÃO SOCIAL.....	279
1.3. CURATELA.....	280

### **2. PESSOAS JURÍDICAS ..... 285**

2.1. ASSOCIAÇÕES E INAPLICABILIDADE DO ART. 1.023 DO CC.....	285
1.2. AUTONOMIA DAS ENTIDADES DESPORTIVAS .....	287

### **3. OBRIGAÇÕES ..... 288**

3.1. NÃO É POSSÍVEL A CUMULAÇÃO DA PERDA DAS ARRAS COM A IMPOSIÇÃO DA CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA.....	288
3.2. É POSSÍVEL QUE O CASSINO COBRE NO BRASIL POR DÍVIDAS DE JOGO CONTRAÍDAS NO EXTERIOR .....	292

3.3. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS .....	295
3.4. O TERMO INICIAL EM CASO DE ABUSO DE MANDATO É A DATA DA CITAÇÃO .....	297
<b>4. RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b>	<b>299</b>
4.1. DANO MORAL.....	299
4.2. RESPONSABILIDADE POR ATO DE TERCEIRO (ART. 932).....	303
4.3. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO MATERIAL DO PAI EM RELAÇÃO AO FILHO .....	307
4.4. DPVAT .....	309
<b>5. CONTRATOS.....</b>	<b>313</b>
5.1. COMPRA E VENDA.....	313
5.2. SEGURO.....	323
5.3. FIANÇA.....	333
5.4. CONTRATO DE LOCAÇÃO .....	337
5.5. CONSÓRCIO .....	341
5.6. ARBITRAGEM .....	344
5.7. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO.....	347
5.8. A INSTITUIÇÃO DE ARBITRAGEM NÃO TEM LEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DE AÇÃO ANULATÓRIA .....	351
<b>6. PROPRIEDADE INTELECTUAL .....</b>	<b>354</b>
6.1. COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS EM CASO DE HOTEL EQUIPADO COM TV .....	354
6.2. TRANSMISSÃO DE MÚSICAS POR STREAMING EXIGE PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS AO ECAD.....	356
6.3. IDEIAS E INDICAÇÕES DE BIBLIOGRAFIA NÃO GOZAM DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE AUTOR.....	360
6.4. GRAVAÇÃO DE MENSAGEM DE VOZ PARA CENTRAL TELEFÔNICA NÃO PODE SER ENQUADRADA COMO DIREITO CONEXO AO DE AUTOR .....	363
6.5. CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AVERBAÇÃO NO REGISTRO .....	365
6.6. IMAGEM DA FACHADA DO IMÓVEL UTILIZADA EM PROPAGANDA COMERCIAL.....	366

6.7. POSSIBILIDADE DE A PESSOA JURÍDICA SER TITULAR DOS DIREITOS AUTORAIS.....	370
6.8. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA REPARAÇÃO CIVIL DECORRENTE DE PLÁGIO .....	371
<b>7. DIREITOS REAIS.....</b>	<b>372</b>
7.1. POSSE.....	372
7.2. USUCAPIÃO .....	376
7.3. CONDOMÍNIO .....	379
7.4. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	381
7.5. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA .....	393
7.6. LEI 13.465/2017 .....	396
<b>8. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL .....</b>	<b>397</b>
9.1. CASAMENTO.....	397
9.2. UNIÃO ESTÁVEL.....	403
9.3. DIVÓRCIO .....	414
<b>9. PARENTESCO E PROTEÇÃO DOS FILHOS.....</b>	<b>421</b>
10.1. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA E RECUSA ANTERIOR AO EXAME DE DNA.....	421
10.2. GUARDA COMPARTILHADA .....	422
10.3. FIXAÇÃO DE ASTREINTES PARA CUMPRIMENTO DE ACORDO DE VISITA .....	428
<b>10. ALIMENTOS.....</b>	<b>429</b>
11.1. NOÇÕES GERAIS.....	429
11.2. PRISÃO CIVIL.....	441
<b>11. SUCESSÕES .....</b>	<b>443</b>
12.1. SUCESSÃO DO COMPANHEIRO .....	443
12.2. TESTAMENTO FEITO POR CEGO .....	449
12.3. INVENTÁRIO.....	451
12.4. LEI 13.532/2017.....	453

<b>DIREITO DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>457</b>
<b>1. CONCEITO DE CONSUMIDOR .....</b>	<b>457</b>
1.1. NÃO SE APLICA O CDC PARA CONTRATO DE TRANSPORTE DE INSUMOS.....	457
1.2. INDIVÍDUO QUE CONTRATA CORRETORA DE VALORES E TÍTULOS MOBILIÁRIOS É CONSUMIDOR .....	458
1.3. INAPLICABILIDADE DO CDC PARA O TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL.....	460
1.4. SE O CONSUMIDOR BENEFICIÁRIO DE CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA CEDE SEUS DIREITOS, A CESSIONÁRIA NÃO SERÁ CONSUMIDORA .....	463
1.5. NÃO SE APLICA O CDC PARA AS DISCUSSÕES ENVOLVENDO O DPVAT .....	466
<b>2. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO .....</b>	<b>466</b>
2.1. LANCHONETE NÃO TEM O DEVER DE INDENIZAR CONSUMIDOR VÍTIMA DE ROUBO OCORRIDO NO ESTACIONAMENTO .....	466
2.2. PRODUTO DE PERICULOSIDADE INERENTE E AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL .....	470
2.3. FABRICANTE DE VEÍCULO TEM O DEVER DE INDENIZAR DANOS GRAVES DECORRENTES DA ABERTURA DO AIR BAG.....	473
<b>3. RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO .....</b>	<b>474</b>
3.1. É VÁLIDA A PRÁTICA DE LOJA QUE PERMITE A TROCA DIRETA DO PRODUTO VICIADO SE FEITA EM ATÉ 3 DIAS DA COMPRA.....	474
3.2. O FORNECIMENTO DE BEM DURÁVEL AO SEU DESTINATÁRIO FINAL PÕE TERMO À EVENTUAL CADEIA DE SEUS FORNECEDORES ORIGINAIS.....	475
3.3. INDENIZAÇÃO EM CASO DE CURSO DE ENSINO SUPERIOR NÃO RECONHECIDO.....	476
3.4. A RECLAMAÇÃO OBSTATIVA DA DECADÊNCIA, PREVISTA NO ART. 26, § 2º, I, DO CDC, PODE SER FEITA DOCUMENTALMENTE OU VERBALMENTE.....	478
3.5. DIREITO À INFORMAÇÃO E ALERTA SOBRE O GLÚTEN .....	480
<b>4. PLANO DE SAÚDE .....</b>	<b>482</b>
<b>5. PROTEÇÃO CONTRATUAL.....</b>	<b>493</b>
5.1. CONTRATOS BANCÁRIOS .....	493
5.2. VALIDADE DA CLÁUSULA DE TOLERÂNCIA NA COMPRA DE IMÓVEIS .....	502
5.3. CLÁUSULA DE FIDELIZAÇÃO EM TV A CABO .....	504

5.4. NOVA PRÁTICA ABUSIVA INSTITUÍDA PELA LEI 13.425/2017.....	506
5.5. LEI 13.455/2017 E A DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS EM FUNÇÃO DO PRAZO OU DO INSTRUMENTO DE PAGAMENTO UTILIZADO .....	506
5.6. LEI 13.486/2017 E O NOVO DEVER DO FORNECEDOR .....	508
5.7. LEI 13.543/2017 .....	508
<b>6. BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES .....</b>	<b>509</b>
5.4. CLÁUSULA QUE REPASSA OS CUSTOS ADMINISTRATIVOS DE COBRANÇA AO CONSUMIDOR INADIMPLENTE.....	513
<b>7. OUTROS TEMAS.....</b>	<b>514</b>
<b>DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL .....</b>	<b>519</b>
<b>1. DECISÃO DO STF QUE CASSOU ATO DO CNJ QUE HAVIA ANULADO O CONCURSO DE CARTÓRIO DO TJ/RJ .....</b>	<b>519</b>
<b>2. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA.....</b>	<b>520</b>
<b>3. NOVIDADES LEGISLATIVAS .....</b>	<b>524</b>
3.1. LEI Nº 13.465/2017.....	524
3.2. LEI Nº 13.484/2017.....	527
3.3. LEI 13.489/2017.....	531
<b>ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....</b>	<b>535</b>
<b>1. APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL.....</b>	<b>535</b>
<b>2. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....</b>	<b>539</b>
2.1. NOÇÕES GERAIS.....	539
2.2. IMPOSSIBILIDADE DE PRIVAÇÃO DA LIBERDADE PELA PRÁTICA DO ART. 28 DA LEI DE DROGAS .....	540
2.3. INTERNAÇÃO E GRAVIDADE ABSTRATA DO ATO INFRACIONAL.....	541
2.4. INTERNAÇÃO NO CASO DE REITERAÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS GRAVES .....	541
<b>3. OUTROS TEMAS.....</b>	<b>542</b>



3.1. ADOÇÃO .....	542
3.2. MENOR SOB GUARDA É DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS.....	544
3.3. JUDICIÁRIO PODE DETERMINAR QUE ESTADO IMPLEMENTE PLANTÃO EM DELEGACIA DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE INFRATOR.....	544
3.4. LEI 13.431/2017.....	544
3.5. NOVA HIPÓTESE DE PERDA DO PODER FAMILIAR .....	544
3.6. LEI 13.509/2017.....	545
<b>DIREITO EMPRESARIAL.....</b>	<b>547</b>
<b>1. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....</b>	<b>547</b>
<b>2. SOCIEDADES EMPRESÁRIAS .....</b>	<b>553</b>
2.1. DISSOLUÇÃO PARCIAL E MOMENTO DO CÁLCULO DO VALOR DAS COTAS .....	553
2.2. SE PARTE DAS QUOTAS ESTÃO EMPENHADAS, A APURAÇÃO DOS HAVERES FICARÁ LIMITADA ÀS QUOTAS LIVRES.....	555
2.3. O HERDEIRO NECESSÁRIO NÃO POSSUI LEGITIMIDADE PARA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE, SALVO SE FOR EM DEFESA DO ESPÓLIO.....	556
2.4. SE O INDIVÍDUO NÃO É MAIS ACIONISTA NO MOMENTO DO ATO DE DECLARAÇÃO DO DIVIDENDO, NÃO TERÁ DIREITO DE RECEBER OS LUCROS DA COMPANHIA.....	557
2.5. DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE ANÔNIMA QUE NÃO ESTÁ GERANDO LUCROS.....	558
2.6. DEFINIÇÃO DO VALOR JUSTO DE MERCADO COMO CRITÉRIO PARA CÁLCULO DO REEMBOLSO DAS AÇÕES DO RETIRANTE.....	561
2.7. FECHAMENTO EM BRANCO OU INDIRETO DE CAPITAL.....	563
<b>3. CONTRATOS EMPRESARIAIS .....</b>	<b>566</b>
<b>4. TÍTULOS DE CRÉDITO .....</b>	<b>569</b>
4.1. É NECESSÁRIA AUTORIZAÇÃO DO CÔNJUGE PARA A CONCESSÃO DE AVAL? .....	569
4.2. CÉDULA DE PRODUTO RURAL .....	570
<b>5. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....</b>	<b>573</b>
5.1. FALÊNCIA.....	573

5.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	581
--------------------------------	-----

**DIREITO AMBIENTAL..... 591**

1. COMPETÊNCIA .....	591
2. É PROIBIDA A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER FORMA DE AMIANTO .....	592
3. ANÁLISE DO ACIDENTE COM O NAVIO VICUÑA .....	598
4. VAQUEJADA E EC 96/2017 .....	600
5. PRODUTO INTERNO VERDE .....	606

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL ..... 607**

1. COMPETÊNCIA .....	607
1.1. CAUSAS QUE PODEM PRODUZIR REFLEXOS NO PROCESSO ELEITORAL .....	607
1.2. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO PROPOSTA PELO USUÁRIO CONTRA A CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA.....	608
1.3. COMPETE À JUSTIÇA COMUM (E NÃO À JUSTIÇA DO TRABALHO) DECIDIR SE A GREVE REALIZADA POR SERVIDOR PÚBLICO É OU NÃO ABUSIVA .....	609
1.4. AÇÃO PROPOSTA POR SERVIDOR QUE INGRESSOU CELETISTA ANTES DA CF E DEPOIS VIROU ESTATUTÁRIO .....	609
1.5. COMPETÊNCIAS DO STF .....	613
1.6. O BENEFÍCIO DO ART. 53, V, DO CPC É APLICADO PARA AÇÕES PROPOSTAS POR LOCATÁRIA DE VEÍCULOS? .....	618
1.7. AÇÃO PARA DECLARAR A VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL E COBRAR INDENIZAÇÃO .....	619
2. CITAÇÃO/INTIMAÇÃO .....	620
3. ASTREINTES .....	623
4. CUSTAS E HONORÁRIOS .....	629
5. OUTROS TEMAS.....	641

<b>5. COISA JUGADA, AÇÃO RESCISÓRIA E RECLAMAÇÃO .....</b>	<b>663</b>
<b>6. RECURSOS.....</b>	<b>672</b>
6.1. O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PODE SER FEITO EM SEDE DE SUSTENTAÇÃO ORAL.....	672
6.2. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE E DECISÃO DO JUIZ QUE INDUZIU À PARTE EM ERRO .....	673
6.3. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS MESMO QUANDO NÃO HÁ A APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES .....	675
6.4. NÃO CABEM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO DE PRESIDENTE DO TRIBUNAL QUE NÃO ADMITE RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....	676
6.5. AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	678
6.6. JULGAMENTO POR AMOSTRAGEM DO RESP E RE .....	681
6.7. APRECIÇÃO DO TEMA DA REPERCUSSÃO GERAL MESMO QUE, NO CASO CONCRETO, TENHA HAVIDO PREJUDICIALIDADE .....	681
6.8. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA E AGRAVO QUE NÃO ADMITE RESP MAS QUE ANALISA O MÉRITO .....	683
<b>7. EXECUÇÃO .....</b>	<b>685</b>
7.1. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA .....	685
7.2. TÍTULOS EXECUTIVOS .....	693
7.3. PENHORA DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTA BANCÁRIA CONJUNTA.....	699
7.3. IMPENHORABILIDADE .....	700
7.4. INDISPONIBILIDADE DO BEM NÃO IMPEDE QUE ELE SEJA OBJETO DE ADJUDICAÇÃO DECRETADA EM OUTRO PROCESSO .....	705
7.5. ATRASO NA ENTREGA DA COISA E CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PARA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA.....	707
7.6. FRAUDE À EXECUÇÃO.....	708
7.7. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	715
7.8. INSOLVÊNCIA CIVIL .....	723
<b>8. EXECUÇÃO FISCAL .....</b>	<b>725</b>
8.1. ALIENANTE DO IMÓVEL CONTINUA RESPONSÁVEL PELOS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS CUJO FATO GERADOR OCORRERAM ANTES DA ALIENAÇÃO .....	725
8.2. ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO PREVISTO NO ART. 2º DA LEI 10.522/2002 .....	726

8.3. VALOR MÍNIMO DO ART. 8º DA LEI 12.514/2011.....	727
<b>9. MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>730</b>
<b>10. PROCESSO COLETIVO .....</b>	<b>732</b>
10.1. AÇÃO COLETIVA PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO .....	732
10.2. EMENDA DA INICIAL DA ACP MESMO APÓS TER SIDO APRESENTADA CONTESTAÇÃO.....	737
10.3. MP NÃO PODE OBTER, EM ACP, INFORMAÇÕES BANCÁRIAS SOBRE OS CLIENTES DA INSTITUIÇÃO .....	738
10.4. REMESSA NECESSÁRIA DO ART. 19 DA LAP E SUA APLICAÇÃO PARA AÇÕES COLETIVAS.....	739
<b>11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....</b>	<b>741</b>
11.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS .....	741
11.2. AÇÃO MONITÓRIA.....	745
11.3. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO.....	747
 <b>DIREITO PENAL .....</b>	 <b>749</b>
<b>1. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....</b>	<b>749</b>
1.1. CRIMES NOS QUAIS A JURISPRUDÊNCIA <i>RECONHECE</i> A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO.....	755
1) FURTO .....	755
2) CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	757
3) DESCAMINHO.....	759
4) APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.....	760
5) CRIMES AMBIENTAIS .....	760
6) “FLANELINHA” E EXERCÍCIO DA PROFISSÃO SEM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.....	761
1.2. CRIMES NOS QUAIS A JURISPRUDÊNCIA REJEITA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO...	761
1) LESÃO CORPORAL.....	761
2) ROUBO .....	761
3) TRÁFICO DE DROGAS.....	761

4) MOEDA FALSA.....	762
5) OUTROS CRIMES ENVOLVENDO A FÉ PÚBLICA.....	762
6) CONTRABANDO.....	762
7) ESTELIONATO CONTRA O INSS (ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO).....	763
8) ESTELIONATO ENVOLVENDO FGTS .....	763
9) ESTELIONATO ENVOLVENDO O SEGURO-DESEMPREGO .....	763
10) VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL .....	763
11) POSSE OU PORTE DE ARMA OU MUNIÇÃO.....	763
12) DELITOS PRATICADOS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	764
13) CRIMES MILITARES.....	764
1.3. CRIMES NOS QUAIS EXISTE DIVERGÊNCIA NA JURISPRUDÊNCIA.....	764
1) CRIMES COMETIDOS POR PREFEITOS.....	764
2) PORTE DE DROGA PARA CONSUMO PESSOAL.....	765
3) CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	765
4) MANTER RÁDIO COMUNITÁRIA CLANDESTINA.....	765
<b>2. APLICAÇÃO DA PENA .....</b>	<b>768</b>
2.1. JULGADOS SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS .....	768
2.2. REGIME INICIAL.....	770
2.3. PENA DE PERDIMENTO DE CARGO PÚBLICO .....	772
<b>3. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO .....</b>	<b>774</b>
3.1. FURTO.....	774
3.2. LESÃO CORPORAL.....	775
3.3. ROUBO.....	776
3.4. EXTORSÃO.....	779
3.5. DANO .....	781
<b>4. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....</b>	<b>782</b>
<b>5. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>786</b>
5.1. PECULATO .....	786
5.2. CORRUPÇÃO PASSIVA.....	789

8.3. DESACATO CONTINUA SENDO CRIME.....	791
<b>6. OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL .....</b>	<b>794</b>
<b>7. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL .....</b>	<b>802</b>
<b>8. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>804</b>
<b>9. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI 9.503/97) .....</b>	<b>814</b>
<b>10. ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/2003).....</b>	<b>816</b>
<b>11. LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006).....</b>	<b>821</b>
<b>12. LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006) .....</b>	<b>830</b>
12.1. TRÁFICO PRIVILEGIADO.....	830
12.2. CRIMES DA LEI DE DROGAS E INEXISTÊNCIA DE CONCURSO COM CORRUPÇÃO DE MENORES .....	838
12.3. CAUSAS DE AUMENTO.....	841
12.4. INTERROGATÓRIO COMO ÚLTIMO ATO DA INSTRUÇÃO .....	844
12.5. CONFISCO DE BENS .....	846
12.6. ASPECTOS RELACIONADOS COM O REGIME INICIAL DE PENA.....	848
<b>13. OUTROS TEMAS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....</b>	<b>850</b>
13.1. CRIMES POLÍTICOS.....	850
13.2. CRIMES NO ECA .....	852
13.3. NOVO CRIME HEDIONDO.....	853
13.4. CRIMES AMBIENTAIS .....	856
13.5. CRIMES DA LEI DE LICITAÇÕES .....	860
13.6. LAVAGEM DE DINHEIRO .....	866
13.7. ATIVIDADE CLANDESTINA DE TELECOMUNICAÇÕES (LEI 9.472/97) .....	868
<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL .....</b>	<b>871</b>
<b>1. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>871</b>
1.1. JUSTIÇA ESTADUAL X JUSTIÇA FEDERAL.....	871

1.2. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	884
1.3. OUTROS TEMAS.....	888
<b>2. PRISÃO E LIBERDADE .....</b>	<b>889</b>
<b>3. PROVAS.....</b>	<b>898</b>
3.1. ORDEM DE INQUIRIÇÃO DAS TESTEMUNHAS.....	898
3.2. PROVAS OBTIDAS EM BUSCA E APREENSÃO E AUSÊNCIA DE LACRE .....	900
3.3. OBRIGAR O SUSPEITO A COLOCAR SEU CELULAR EM “VIVA VOZ”: PROVA ILÍCITA.....	901
3.4. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	902
3.5. COLABORAÇÃO PREMIADA.....	908
3.6. ESCUTA ESPECIALIZADA E DEPOIMENTO ESPECIAL .....	925
<b>4. CITAÇÃO POR EDITAL E PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS .....</b>	<b>926</b>
<b>5. TRIBUNAL DO JÚRI.....</b>	<b>931</b>
<b>6. TEMAS DIVERSOS .....</b>	<b>934</b>
6.1. POSSIBILIDADE DE REABERTURA DE INQUÉRITO POLICIAL ARQUIVADO.....	934
6.2. O PROPRIETÁRIO DA RÁDIO NÃO PODE SER PROCESSADO CRIMINALMENTE POR OFENSAS PROFERIDAS POR RADIALISTA PELO SIMPLES FATO DE SER O DONO .....	936
6.3. ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DE RODRIGO JANOT EM RELAÇÃO A MICHEL TEMER .....	937
6.4. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO (CONGRUÊNCIA) E RECONHECIMENTO DE OFÍCIO DE CAUSA DE AUMENTO DE PENA .....	940
6.5. LEI 13.432/2017 E A PROFISSÃO DE DETETIVE PARTICULAR .....	942
6.6. LEI 13.441/2017.....	943
<b>7. NULIDADES.....</b>	<b>943</b>
7.1. ANÁLISE DE UM CASO CONCRETO ENVOLVENDO QUATRO NULIDADES .....	943
7.2. SITUAÇÃO NA QUAL NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL.....	946
7.3. INTIMAÇÃO PESSOAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO PENAL .....	948

7.4. INTIMAÇÃO DA DEFENSORIA SE APERFEIÇA COM A REMESSA DOS AUTOS MESMO QUE PRESENTE NA AUDIÊNCIA NA QUAL FOI PROFERIDA A DECISÃO...	951
7.5. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE INCIDENTE DE FALSIDADE FORMULADO ANOS APÓS A PROVA TER SIDO JUNTADA E DEPOIS DA SENTENÇA CONDENATÓRIA .....	953
<b>8. RECURSOS.....</b>	<b>954</b>
8.1. NÃO É POSSÍVEL A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR E-MAIL.....	954
8.2. É CABÍVEL RESE CONTRA DECISÃO QUE REVOGA MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO.....	956
8.3. NÃO CABE RECURSO ADESIVO NO PROCESSO PENAL .....	959
8.4. SITUAÇÕES NAS QUAIS NÃO SE APLICA A REGRA DO ART. 58o DO CPP .....	961
8.5. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA .....	963
8.6. JULGAMENTO POR AMOSTRAGEM DO RESP E RE .....	968
<b>9. HABEAS CORPUS, REVISÃO CRIMINAL E RECLAMAÇÃO .....</b>	<b>972</b>
9.1. HABEAS CORPUS .....	972
9.2. REVISÃO CRIMINAL.....	983
<b>10. EXECUÇÃO PENAL .....</b>	<b>984</b>
10.1. CONDENADO TEM DIREITO À PROGRESSÃO A PARTIR DA DATA EM QUE PREENCHE REQUISITOS LEGAIS .....	984
10.2. SV 56 E CONDENADO AO REGIME SEMIABERTO QUE ESTÁ CUMPRINDO PENA EM PRESÍDIO DO REGIME FECHADO.....	987
10.3. INOBSERVÂNCIA DO PERÍMETRO DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO E FALTA GRAVE.....	989
10.4. DECISÃO QUE INDEFERE DE DISPENSA DA TORNOZELEIRA DEVERÁ SER MOTIVADA .....	993
10.5. REMIÇÃO DA PENA.....	995
10.6. INDULTO.....	998
<b>DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR .....</b>	<b>1001</b>
<b>1. MILITAR QUE INSERIU DECLARAÇÃO FALSA EM DOCUMENTO LIBERANDO INDEVIDAMENTE EMBARCAÇÃO SEM AS VISTORIAS NECESSÁRIAS .....</b>	<b>1001</b>



<b>DIREITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>1003</b>
<b>1. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>1003</b>
1.1. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E CONTRIBUINTE DE FATO.....	1003
1.2. REQUISITOS PARA GOZO DE IMUNIDADE DEVEM ESTAR PREVISTOS EM LEI COMPLEMENTAR .....	1008
1.3. IMUNIDADE RECÍPROCA .....	1012
1.4. IMUNIDADE CULTURAL .....	1015
<b>2. TEMAS DIVERSOS .....</b>	<b>1021</b>
2.1. TAXAS.....	1021
2.2. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO EX-PROPRIETÁRIO SOBRE IPVA.....	1029
2.3. REVOGADA A LIMINAR QUE SUSPENDIA A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, VOLTA A CORRER O PRAZO PRESCRICIONAL .....	1030
2.4. REPETIÇÃO DE INDÉBITO .....	1032
2.5. DEPOSITÁRIO INFIEL DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS .....	1036
2.6. ARROLAMENTO FISCAL.....	1039
2.7. HOMOLOGAÇÃO DA OPÇÃO PELO REFIS E PRESTAÇÃO DE GARANTIA OU ARROLAMENTO .....	1041
2.8. PERDIMENTO DE BENS E ERRO NA CLASSIFICAÇÃO ADUANEIRA .....	1043
<b>3. IMPOSTO DE RENDA .....</b>	<b>1044</b>
<b>4. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) .....</b>	<b>1052</b>
<b>5. ICMS .....</b>	<b>1055</b>
5.1. NOÇÕES GERAIS.....	1055
5.2. ICMS IMPORTAÇÃO .....	1055
5.3. O VALOR DA TUSD COMPÕE A BASE DE CÁLCULO DO ICMS? .....	1058
5.4. REGIME TRIBUTÁRIO OPCIONAL E RENÚNCIA AO REGIME DE CRÉDITOS E DÉBITOS.....	1059
5.5. CONSUMIDOR INADIMPLENTE E INEXISTÊNCIA DE DIREITO DE RECEBER DE VOLTA O ICMS PAGO.....	1060
5.6. ISENÇÃO DE ICMS SEM CONVÊNIO .....	1061

<b>6. CONTRIBUIÇÕES .....</b>	<b>1064</b>
6.1. COFINS.....	1064
6.2. PIS/PASEP E COFINS .....	1067
6.3. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A CARGO DO EMPREGADOR INCE SOBRE QUAISQUER GANHOS HABITUAIS DO EMPREGADO .....	1076
6.4. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVISTA NO ART. 25 DA LEI 8.212/91, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 10.256/2001, É CONSTITUCIONAL .....	1079
6.5. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O FGTS .....	1082
6.6. CONTRIBUIÇÃO AO INCRA E INEXISTÊNCIA DE DIFERENCIAÇÃO DE ALÍQUOTAS ENTRE MATRIZ E FILIAL.....	1084
6.7. A LEI 11.452/2007 FOI ISENTIVA, E NÃO MERAMENTE INTERPRETATIVA .....	1087
<b>7. DIREITO FINANCEIRO .....</b>	<b>1088</b>

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO..... 1091**

<b>1. APOSENTADORIA.....</b>	<b>1091</b>
<b>2. PENSÃO POR MORTE.....</b>	<b>1094</b>
2.1. NOÇÕES GERAIS.....	1094
2.2. DEPENDENTES .....	1094
2.3. RECEBIMENTO DA PENSÃO POR MORTE PELOS AVÓS.....	1095
2.4. MENOR SOB GUARDA É DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS.....	1096
2.5. AÇÃO REGRESSIVA PROPOSTA PELO INSS CONTRA O CAUSADOR DA MORTE ..	1099
<b>3. TEMAS DIVERSOS .....</b>	<b>1102</b>
3.1. CONCESSÃO DO AUXÍLIO-RECLUSÃO E PRISÃO DOMICILIAR .....	1102
3.2. CÁLCULO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO .....	1104
3.3. RECEBIMENTO DE VALORES PREVIDENCIÁRIO.....	1107
3.4. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS JUDICIALMENTE.....	1109
3.5. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	1111
3.6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....	1117
3.7. SOLDADOS DA BORRACHA .....	1123

3.8. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE NÃO DEVE INTEGRAR COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DOS EX-FERROVIÁRIOS DA RFFSA.....	1126
<b>4. PREVIDÊNCIA PRIVADA .....</b>	<b>1128</b>
<b>DIREITO INTERNACIONAL .....</b>	<b>1137</b>
<b>1. PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO NO CASO DE O EXTRADITANDO CONCORDAR COM O PEDIDO.....</b>	<b>1137</b>
<b>2. É POSSÍVEL EXTRADITAR ESTRANGEIRO MESMO QUE ELE POSSUA FILHO E MULHER BRASILEIROS .....</b>	<b>1139</b>
<b>3. DESNECESSIDADE DE NOVO PROCESSO DE EXTRADIÇÃO EM CASO DE REINGRESSO DE EXTRADITANDO FORAGIDO .....</b>	<b>1140</b>
<b>4. LEI DE MIGRAÇÃO .....</b>	<b>1141</b>
<b>DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO.....</b>	<b>1143</b>
<b>1. TEMAS DIVERSOS .....</b>	<b>1143</b>
1.1. COMPETE À JUSTIÇA COMUM (E NÃO À JUSTIÇA DO TRABALHO) DECIDIR SE A GREVE REALIZADA POR SERVIDOR PÚBLICO É OU NÃO ABUSIVA.....	1143
1.2. AÇÃO PROPOSTA POR SERVIDOR QUE INGRESSOU CELETISTA ANTES DA CF E DEPOIS VIROU ESTATUTÁRIO .....	1143
1.3. PRAZO PRESCRICIONAL PARA COBRANÇA EM JUÍZO.....	1144
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1147</b>